

# SOBRE A QUESTÃO DAS LEIS

Franz Kafka

*Tradução do alemão e nota de Modesto Carone*

*Este texto de Franz Kafka foi escrito em dezembro de 1920 e faz parte das chamadas narrativas do espólio que o autor nunca se empenhou em divulgar. Depois de sua morte, em 1924, o testamenteiro Max Brod, contrariando a última vontade do amigo no sentido de que fossem destruídas, decidiu publicá-las, a princípio em Berlim, depois em Nova York e finalmente em Frankfurt. Hoje o conjunto desses escritos, em grande parte curtos e monolíticos, pode ser encontrado num único volume (Sämtliche Erzählungen) editado a partir de 1970 pela Suhrkamp sob os cuidados de um especialista. A presente tradução foi feita com base nessa edição, considerada criteriosa pelos estudiosos da obra.*

*"Sobre a questão das leis" ("Zur Frage der Gesetze") é um exemplo notável da fórmula kafkiana de mesclar ensaio e prosa narrativa. O tema básico da ilegitimidade das leis substitui aqui as imagens da opressão burocrática que aparece em composição maiores (como O processo e O castelo) e a "nobreza" ocupa o lugar da casta de funcionários que povoam o mundo abafado do ficcionista. O estilo argumentativo sustenta a reflexão até o final, mas o narrador se manifesta desde o início através do possessivo "nosso", atenuando o caráter abstrato do que é dito e atraindo o leitor para o lance subjetivo da narração. É deste modo que a ironia se articula literariamente, pois a generalidade do assunto fica atrelada ao ponto de vista particular e comprometido, momento em que o narrador, porta-voz de uma comunidade, se torna mais personagem do que instrumento de relato. Os problemas da tradição, da crença, da democracia, da autodeterminação e da consciência radical passam pelo crivo de uma análise aplicada e sibilina, na qual acaba se impondo a "sintaxe da frustração" típica de Kafka.*

*A tradução tentou seguir de perto o original, retendo a frase longa e explicativa, as repetições intencionais de palavras (lei e nobreza, por exemplo), o uso recorrente do verbo ser e a voz passiva, além dos numerosos recursos de modulação que acompanham os matizes do raciocínio.*

*Sob certos aspectos não parece fora de propósito sugerir que o quadro geral da sociedade imaginária descrita por Kafka neste texto mantém laços de semelhança, entre outras, com a nossa. (Modesto Carone)*



Nossas leis não são universalmente conhecidas, são segredo do pequeno grupo de nobres que nos domina. Estamos convencidos de que essas velhas leis são observadas com exatidão, mas é uma coisa extremamente penosa ser governado segundo leis que não se conhecem. Não penso neste caso nas diferentes possibilidades de interpretá-las nem nas desvantagens que há quando apenas indivíduos e não o povo inteiro podem participar da sua interpretação. Talvez essas desvantagens não sejam tão grandes assim. As leis são de fato muito antigas, séculos trabalharam na sua interpretação, certamente até essa interpretação já se tornou lei, na verdade continuam a existir as liberdades possíveis no ato de interpretar, mas elas são muito limitadas. Além do mais é evidente que a nobreza não tem motivos para se deixar influenciar pelo interesse pessoal em detrimento do nosso, pois as leis foram desde o início assentadas para os nobres, a nobreza está fora da lei e precisamente por isso a lei parece ter sido posta com exclusividade nas mãos da nobreza. Naturalmente existe sabedoria nisso — quem duvida da sabedoria das velhas leis? — mas é também um tormento para nós, provavelmente algo inevitável.

Aliás essas leis aparentes podem na realidade ser apenas presumidas. É uma tradição que elas existam e sejam confinadas à nobreza como um segredo, mas não se trata nem pode tratar-se de mais que uma tradição antiga e, por sua antiguidade, digna de fé, pois o caráter dessas leis exige que também se mantenha o segredo da sua existência. Mas se nós do povo acompanhamos com atenção desde os tempos mais remotos as ações da nobreza, possuímos a respeito delas registros dos nossos antepassados, demos a esses registros um prosseguimento consciencioso e acreditamos reconhecer nos inúmeros fatos certas normas que permitem concluir esta ou aquela determinação histórica, e se procuramos nos orientar um pouco por essas conclusões filtradas e ordenadas da forma mais cuidadosa em relação ao presente e ao futuro — então tudo isso é incerto e quem sabe somente um jogo do entendimento, uma vez que essas leis que aqui tentamos adivinhar talvez não existam de modo algum. Há um pequeno partido que realmente pensa assim e busca provar que, se existe uma lei, ela só pode rezar o seguinte: o que a nobreza faz, é lei. Esse partido vê apenas atos de arbítrio dos nobres e rejeita a tradição popular que, na sua opinião, só traz proveitos diminutos e casuais e na maior parte das vezes, pelo contrário, grave prejuízo, já que ela dá ao povo uma segurança falsa, enganosa, que leva à leviandade diante dos acontecimentos vindouros. Esse prejuízo não deve ser negado, mas a maioria esmagadora do nosso povo vê a causa disso

no fato de a tradição ainda não ser nem de longe suficiente, havendo portanto necessidade de que muito mais seja nela pesquisado; de qualquer maneira, por mais gigantesco que pareça, o seu material ainda é muito pequeno e séculos terão de passar antes que a tradição acumulada baste. O sombrio dessa perspectiva para o presente só é iluminado pela crença de que virá um tempo no qual — de certo modo com um suspiro de alívio — a tradição e o seu estudo cheguem ao ponto final, tudo tenha ficado claro e a nobreza desapareça. Isso não é dito porventura com ódio da nobreza — em absoluto e por ninguém. Odiamos antes a nós mesmos porque ainda não podemos ser julgados dignos da lei. E na verdade foi por essa razão que aquele partido, muito sedutor em certo sentido, que não acredita em nenhuma lei propriamente, permaneceu tão pequeno: porque também ele reconhece plenamente a nobreza e o seu direito à existência.

A rigor só é possível exprimi-lo numa espécie de contradição: um partido que rejeitasse, junto com a crença nas leis, também a nobreza, teria imediatamente o povo inteiro ao seu lado, mas um partido como esse não pode nascer porque ninguém ousa rejeitar a nobreza. É nesse fio de navalha que nós vivemos. Certa vez um escritor resumiu isso da seguinte maneira: a única lei visível e indubitável imposta a nós é a nobreza — e será que devíamos nós mesmos querer nos privar dessa lei única?

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
Nº 37, novembro 1993  
pp. 232-234

---